

# a Caravana

N.º avulso € 0,90  
Assinatura anual € 9,00

EDIÇÃO ESPECIAL

Trimestral - Director: P. Frei Francisco Sales Diniz, O.F.M.

3ª Série - Ano XXII - nº 96, janeiro / março 2020

## VAMOS VESTIR ESPANHA DE AZUL E VERDE

No dia 8 de abril comemora-se o Dia Internacional do Povo Cigano. Essa data começou a ser assinalada em 8 de abril de 1971 quando se realizou o mítico Congresso Internacional do Povo Cigano, em Londres.

Juan de Dios Ramírez-Heredia Montoya (JDH) foi o único cigano espanhol que participou naquele encontro que resultou num “abanão para chamar à atenção da sociedade mundial para os nossos problemas e sobretudo para os nossos sonhos”, como refere JDH, num texto que sintetizamos.

No próximo ano, celebraremos o 50º aniversário daquele acontecimento transcendental. Gostaríamos que este ano fosse o prólogo da grande festa cigana mundial que celebraremos no próximo ano. No entanto, a pandemia do Covid 19 não permitirá isso, uma vez que todos estaremos fechados nas nossas casas, a cumprir com as



indicações que as autoridades nos dão. ....

Mas, o que é que podemos fazer este ano, já que todos os eventos que tradicionalmente temos celebrado no dia 8 de abril foram suspensos?

Das muitas ideias suscitadas sugiro a seguinte: **vamos vestir Espanha de azul e verde**. Vamos pedir a todos os espanhóis, ciganos e não ciganos, que no dia 8 de abril decorem as suas varandas com a bandeira cigana composta de duas faixas de tecido da mesma largura. A de cima é azul e a de baixo é verde. Esta foi a bandeira aprovada por unanimidade no Congresso de Londres, como a bandeira do nosso povo. Assim o votámos os representantes dos 29 países presentes na reunião. ... Azul em cima para indicar que esse é o nosso único teto e verde em baixo para mostrar que o verde dos campos é o nosso único solo.

(Continua na pág. 2)

### Editorial

Pela conjuntura pandémica em que vivemos, este número da Caravana sai com um considerável atraso de que pedimos desculpa aos leitores. Talvez pelas grandes dificuldades que a pandemia causou a tão vastos segmentos da população mundial, sobretudo aos mais desprotegidos, não faltam temas nem causas que, de alguma forma, são refletidas nestas páginas. Queremos, no entanto, começar por referir uma iniciativa muito recente que, por isso, não está detalhada nestas páginas, e que consideramos muito significativa. No Governo atual foi criada a Secretaria de Estado para a Integração e as Migrações (SEIM) que tutela o Alto Comissariado para as Migrações (ACM). Em 22 de maio a SEIM decidiu consultar os parceiros do

ACM com vista à elaboração da Lei Orgânica do organismo que sucederá ao ACM, sendo o pedido subscrito pela Presidente do Conselho Diretivo do ACM, Sónia Pereira, que assumiu este cargo em fevereiro último. Sendo o ACM um organismo tão importante para as minorias étnicas, atribuímos a maior relevância ao facto de querer ouvir a sociedade civil ou os próprios “stakeholders”, no momento da revisão da sua estrutura orgânica.

A pandemia ocupa um espaço importante neste número, quer pela iniciativa que partiu de uma estrutura cigana de alertar as autoridades deste país para a situação crítica das populações ciganas face aos efeitos da pandemia, iniciativa essa cuja implementação

(Continua na pág. 2)

# O TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS (TEDH) CONDENOU A FRANÇA A COMPENSAR CIGANOS POR SEREM DESALOJADOS

O ERRC (Centro Europeu para defesa dos Direitos dos Ciganos) noticiou em 14 de maio que o TEDH tinha condenado a França a pagar mais de € 50.000 de compensação a sete ciganos que tinham sido forçados a abandonar as suas casas em 2013. O ERRC apoiou os ciganos a levar este caso aos tribunais franceses e em seguida ao TEDH que finalmente lhes fez justiça. “Despejos de ciganos são uma das mais visíveis e mais espalhadas expressões de anticiganismo na Europa atualmente. Ciganos marginalizados são frequentemente objeto de

despejos forçados em forma desproporcionada que não tem em conta as necessidades específicas de comunidades vulneráveis.” Estes ciganos romenos, cidadãos europeus, viviam legalmente em França há mais de dez anos; há cerca de seis meses viviam em caravanas em terreno municipal, perto de Paris.



CHALLENGING DISCRIMINATION  
PROMOTING EQUALITY

## VAMOS VESTIR ESPANHA DE AZUL E VERDE

(Continuação da pág. 1)

No dia 8 de abril de 1971, “as Nações Unidas outorgaram-nos um Estatuto de reconhecimento universal como Minoria Cultural não governamental.” Jarko Jovanovic, cigano jugoslavo, compôs nesse dia o *Gelem, Gelem*, o nosso hino internacional. Igualmente pedimos e conseguimos que o governo alemão concedesse uma indemnização pelas vítimas dos campos de concentração. Essa indemnização devia aplicar-se em programas educativos para os meninos ciganos europeus descendentes daquelas vítimas. O Congresso de Londres teve também como resultado a recuperação do nosso idioma

milénar, o Romanó, língua de origem sânscrita que hoje falamos, com maior ou menor fluidez, mais de 14 milhões de ciganos e ciganas no mundo e que tem a sua Academia da Língua na Universidade René Descartes de Paris. ... É muito fácil encontrar bandeiras ciganas ou fabricá-las. No dia 8 de abril, tal como em todos os anos, a maioria das câmaras municipais de Espanha terão a bandeira azul e verde nas suas fachadas. Também nos Parlamentos autónomos ela estará presente num local de honra. ...

“Vamos vestir Espanha de azul e verde”.

### Editorial

(Continuação da pág. 1)

contou com a colaboração de outra estrutura cigana e acabou por unir nada menos que um total de nove organizações ciganas, quer pela evidente atitude de apreensão de comunidades ciganas de diversos quadrantes e pelas atitudes que tomaram e que se po-

dem sintetizar na frase que ouvimos a mais do que um interlocutor cigano: “eu cumpro com as normas” (de confinamento). Tal significa que, ao contrário de opiniões fáceis e interesseiras de anticiganismo, em Portugal os ciganos se sentem portugueses e cidadãos como quaisquer outros, conscientes das suas obrigações cívicas.

*Francisco Monteiro*

## ASSINATURAS DE 2020

**Assinatura anual:** € 9,00

**Assinatura de apoio: a sua generosidade**

Nome \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ \*

Morada \_\_\_\_\_

Código postal \_\_\_\_\_

Junto envio a importância de € \_\_\_\_\_ em

- cheque ou vale de correio à ordem de **Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos**  
É favor não passar o cheque à Ordem da Caravana, mas sim da **OBRA NACIONAL DA PASTORAL DOS CIGANOS**, caso contrário teremos que lhe devolver o cheque. Obrigado.
- transferência bancária (NIB: 0036 0000 9910 5888 3823 8)

Data \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 2020

Ass. \_\_\_\_\_

\* É o seu nº de assinante (ver na etiqueta)

# O SENHOR CHAMOU BELMIRO ROCHA

Belmiro Mendes da Rocha foi um dedicado e perseverante colaborador da ação pastoral com os ciganos e total apoiante da constante ação de sua mulher Maria do Carmo Rocha, no âmbito da OVAC (Obra Vicentina de Auxílio aos Ciganos) que na Diocese do Porto exerce as funções de Secretariado Diocesano da Pastoral dos Ciganos. Em 20 de maio, véspera do dia da Ascensão do Senhor, Ele chamou-o à sua glória. Belmiro Rocha nasceu em 3 de junho de 1941 em Paramos, Espinho. Iniciou a sua atividade na Quimigal, Estarreja; após dez anos ingressou na Refinaria de Petróleos de Portugal (PETROGAL), em Leça da Palmeira, até ao momento da sua reforma, nos anos 90, como responsável da Manutenção Mecânica. Foi Músico na Banda de São Tiago de Silvalde Espinho e durante 20 anos fez parte do Rancho São Tiago de Silvalde, Espinho, tendo integrado a sua Direção.

Durante 36 anos fez parte da Conferência de São Vicente Paulo / Obra Vicentina de Apoio ao Cigano – OVAC, nomeadamente como membro da Direção e du-

rante 25 anos integrou o Probus Clube de Espinho, também como membro da Direção. Em todas estas atividades e ainda na catequese, em eventos paroquiais, vicentinos, visitas institucionais, sempre acompanhou a sua esposa; acompanhou também os carenciados ao hospital, à escola, entre outros sítios necessários, de forma colaborante, de boa vontade, amigo de todos e sempre feliz com todos os amigos.

Belmiro Rocha faleceu em Silvalde, Espinho.



## PANDEMIA E COMUNIDADES CIGANAS

Muitos são os problemas que a pandemia do Covid-19 provocou nas comunidades e nas pessoas ciganas. Enquanto se percebiam os primeiros efeitos da crise que se avolumava, começaram a chegar os primeiros relatos relativos aos ciganos nómadas compulsivos no Alentejo (ver Caravana nº 95). O vogal da Direção da FECALP (Federação Calhim Portuguesa), Manuel Dinis Seabra Abreu, Presidente da CIGLEI (Associação Cigana de Leiria) considerou ser urgente fazer um apelo às autoridades, para as alertar para a situação das comunidades e pessoas ciganas face à pandemia. Falou com a Direção da AMUCIP que se mobilizou para dar corpo a esse apelo, enviando às associações ciganas um texto que foi enriquecido com diversos contributos e que foi aprovado também pela FECALP, por meio do seu Presidente, Rafael Ximens, Presidente da Associação Cigana de Águeda. Eis o texto enviado à Assembleia da República, ao Governo e a algumas Câmaras Municipais.

A Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas (AMUCIP), na qualidade de entidade co-coordenadora na elaboração e difusão do presente documento, juntamente com as entidades representantes das comunidades ciganas signatárias, vêm por este meio dar conta da situação de urgência humanitária e apresentar propostas para mitigar os problemas acentuados pela propagação do COVID-19.

A pandemia provocada pelo COVID-19 (Coronavírus) tem exigido esforços institucionais, coletivos e de todos/as os/as cidadãos/ãs no seu combate, nunca antes imaginados e que se desenvolvem simultaneamente em várias frentes.

São diversas as urgências, no sentido de garantir que nenhuma família fique excluída dos direitos humanos fundamentais, tais como a saúde, a alimentação, a habitação, a educação e o trabalho.

Entretanto, as frentes de atuação tornam-se ainda mais complexas quando temos populações já antes vulneráveis, como é o caso das diferentes comunidades ciganas portuguesas que vivem em várias regiões do país.

Sendo pertinente que este documento tenha em consideração todas as populações que estão em situação de maior vulnerabilidade, as entidades e pessoas que trabalham ou têm conhecimento da realidade atual da comunidade cigana vêm, por este meio, dar conta de uma situação alarmante, que nos chega diariamente a “conta gotas”:

- Os espaços de venda, como mercados e feiras, foram encerrados. Sendo a economia familiar das famílias ciganas tradicionalmente assente nesta atividade (já anteriormente debilitada), atualmente não têm hipótese de viabilizar o seu sustento por esta via.

- Existem pessoas a viverem nas cidades, em áreas rurais, em acampamentos, com realidades muito distintas. Em diversos casos, sem infraestruturas adequadas, o que torna impossível cumprir as recomendações da Direção Geral de Saúde (DGS) e, assim, salvaguardar questões essenciais de saúde pública.

- Se a educação de crianças e jovens tem sido um desafio para as instituições públicas e entidades de referência no trabalho com as comunidades ciganas, neste momento é difícil perspetivar que estas tenham acesso às oportunidades oferecidas através dos meios virtuais, para que acompanhem as aulas ministradas.

- Sem equipamentos, como computadores ou telemóveis, e sem acesso à internet ou com acesso muito limitado, as nossas entidades têm realizado um trabalho à distância com as populações ciganas, o que é insuficiente, de modo a fazer-lhes chegar o máximo possível de informações. É de salientar que também nós, profissionais

(Continua na pág. 4)

# PANDEMIA E COMUNIDADES CIGANAS

(Continuação da pág. 3)

e voluntários/as, seguimos as recomendações do estado de emergência.

Contudo, sabemos que este esforço não é suficiente, pois precisamos de nos coordenar com outras instituições no âmbito local, regional e nacional para que os danos, neste período, sejam minimizados.

Tendo em conta os condicionalismos que o momento nos coloca, entendemos que, fundamentalmente, precisamos cooperar para que sejam garantidas/os:

a) Respostas adequadas ao nível local, que tenham em consideração as diferentes realidades das comunidades ciganas. Isto só poderá acontecer se as entidades competentes no terreno estiverem, igualmente, envolvidas. Neste caso, as câmaras municipais, juntas de freguesia, centros de saúde, segurança social, IEFEP, entre outras.

b) Que as propostas/soluções organizadas localmente sejam partilhadas entre todos e todas, de modo a que sejamos muitos e muitas a contribuir com ideias que possam servir ao maior número possível de pessoas desta população.

c) Que os/as decisores/as políticos/as ao nível do Estado, através dos setores competentes, se coordenem com as instituições locais para fazer face às questões específicas aqui colocadas.

d) As prioridades de atuação, de acordo com os problemas identificados localmente, de forma a que possamos responder a este enorme desafio humano e societário.

Assim sendo, destacamos como prioridades identificadas pelas Organizações da Sociedade Civil abaixo assinadas, representadas por cidadãos e cidadãs de etnia cigana, os seguintes pontos para imediata articulação e atuação:

## 1. Espaços de venda (mercados e feiras)

a. Que as Câmaras Municipais, pelo período de três meses prorrogáveis, isentem os/as trabalhadores/as destes espaços (empresários/as em nome individual ou situação similar) de taxas ou rendas mensais de ocupação do espaço.

b. Que seja simplificado o acesso destes/as trabalhadores/as aos apoios financeiros correspondentes ou outros a serem criados, que impeçam o total colapso das suas economias familiares.

## 2. Habitação

a. Que o IHRU e outras entidades suspendam, de imediato, todos os processos de despejo de famílias que

tenham ocupado habitações, até que se encontre situações viáveis para o alojamento.

b. Que as Câmaras Municipais, que têm grupos de populações ciganas em situação de Sem-Abrigo, o que inclui moradores de rua ou em acampamentos, rapidamente se organizem para lhes atribuir espaços dotados de saneamento básico (fornecimento de água e concentração e remoção de lixo). Destaca-se, entretanto, os casos recentemente identificados no Alentejo.

c. Faz-se necessária a intervenção das equipas de saúde, nos casos referidos, relativamente ao fornecimento de álcool gel, luvas e máscaras (nos casos prescritos), para além da informação adequada para a sua utilização, de modo a prevenir a propagação do COVID-19.

d. Que as Câmaras Municipais que detêm bairros de alojamento social:

(i) suspendam de imediato, pelo prazo de três meses prorrogáveis, as rendas devidas, no sentido de apoiar as famílias residentes nesses bairros nas dramáticas consequências económicas e financeiras da presente conjuntura;

(ii) nos casos em que tal se aplica, reforcem de imediato o saneamento básico dos bairros onde vivem comunidades ciganas (fornecimento de água e remoção de lixos).

## 3. Segurança Social

Que à Segurança Social sejam dadas instruções urgentes e meios para, de imediato:

a. Reforçar o apoio alimentar para que não haja fome nas famílias referenciadas e, eventualmente, naquelas que são excluídas de apoios sociais pelos critérios vigentes.

b. Assim sendo, que durante três meses prorrogáveis sejam atribuídas a estas famílias senhas para o abastecimento de bens alimentares e de primeira necessidade.

c. Considerar a gratuidade na aquisição de medicamentos.

d. Facilitar o acesso aos apoios sociais às famílias que não são beneficiárias e apresentam situações emergentes

de carência económica (como o Rendimento Social de Inserção ou outros apoios específicos), relativamente à flexibilização das regras atuais, com a simplificação dos documentos a serem apresentados e, ainda, no que concerne ao apoio técnico, principalmente no preenchimento da documentação solicitada.

## 4. Educação das crianças e jovens

De forma geral, a ausência de computadores e a falta de acesso à internet são fatores de exclusão de jovens e crianças ciganas, no acesso às aulas virtuais e na realiza-

(Continua na pág. 5)



# CIGANOS CONFINADOS NAS RULOTES POR VONTADE PRÓPRIA. “TEMOS MEDO DAS CRIANÇAS”

*Pela sua importância, transcrevemos amplos excertos da reportagem da Rádio Renascença de 17 de maio.*

*Em Bragança, vivem em condições degradantes, mas o medo do vírus encerra-os nas caravanas. “Não temos higiene, não temos casa de banho”, diz Dolores, que sonha com uma casa para criar os três filhos. A discriminação que sentem no dia-a-dia é também agora patente no acesso das crianças à escola. Sem internet, estudam por folhas que o professor e a professora levam.*



Comunidade cigana de Bragança optou pelo confinamento voluntário. “Não temos saído daqui. Temos medo pelas crianças”, dizem. Foto: Olímpia Mairos/RR

Cinco famílias ciganas vivem em rulotes, no Bairro dos Formarigos, às portas da cidade de Bragança. As condições em que residem as cerca de 20 pessoas, entre adultos e crianças, são degradantes e miseráveis. A chuva intensa que caía quando a RR as visitou, agravou ainda mais a situação, misturando-se aos escombros, amontoados de lixo e lama, ferro velho, cartões, brinquedos e roupas espalhados pelo chão. O medo do vírus aprisiona-os nas rulotes e obriga à firmeza dos adultos para com as crianças. “Não temos saído daqui. Temos medo pelas crianças. Não temos saído das caravanas. O que é que havemos de fazer? Temos de aguentar”, conta à RR Alzira dos Santos (AS), de 67 anos.



Alzira Santos reconhece que é difícil manter as crianças dentro das caravanas. Foto: Olímpia Mairos/RR

No início de maio, o deputado do Chega, André Ventura, demonstrou vontade de propor um decreto lei para o confinamento especial da comunidade cigana, durante o combate ao surto do Covid-19. A ideia foi repudiada por vários setores da sociedade, sendo que a resposta do futebolista Ricardo Quaresma foi a que mais eco mediático e político obteve.

Máscaras não há, diz a matriarca da comunidade. A única forma de se protegerem passa por “lavar as mãos com água e sabão”. “Eu, desinfetante nunca botei. Era pouco e guardamo-lo para as crianças”. AS sabe que “o vírus é perigoso” e manifesta grande preocupação com a neta de “oito aninhos, que é diabética”. “É difícil manter as crianças na caravana”, afirma, sublinhando que “com esta coisa dos vírus a vida é pior”. “Nós temos medo e os garotos também”, confessa.

António Rodrigues, o marido de Alzira, é doente e já está reformado com uma pensão de 300 euros. Passa os dias entre a caravana e a pequena horta. “Para onde hei de ir? Agora não se pode sair”, assinala, sublinhando que “agora os dias costumam muito mais a passar”.

(Continua na pág. 6)

## PANDEMIA E COMUNIDADES CIGANAS

(Continuação da pág. 4)

ção dos trabalhos de casa. Estes casos devem ser objeto de identificação e sinalização por parte das entidades locais competentes (instituições escolares, serviço social e outras entidades que atuam junto às comunidades ciganas), no sentido de viabilizar respostas articuladas com as medidas a serem implementadas pelo governo neste âmbito.

### As organizações co-coordenadoras:

Agarrar Exemplos - Viviana Marília

Associação Cigana de Coimbra - Osvaldo Grilo

Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas (AMUCIP) - Maria Noel Gouveia  
Associação Senda e Pontes de Torres Vedras - Lindo Cambão

Costume Colossal - Susana Silveira

Federação Calhim Portuguesa (FECALP)

Letras Nómadas - Bruno Gonçalves

Ribalta Ambição - Tânia Oliveira

Sílaba Dinâmica Elvas - Luis Romão

Com os melhores cumprimentos,  
As organizações co-coordenadoras

9 de abril de 2020

# CIGANOS CONFINADOS NAS RULOTES

(Continuação da pág. 5)



Os dias de Antônio Rodrigues não arrisca exposição à Covid-19.  
Foto: Olímpia Mairos/RR

## Os dias são agora mais difíceis

Para Dolores Sofia dos Reis (DR), mãe de três filhos doentes, os dias são agora ainda mais difíceis. “Se era complicado até aqui, imagine agora. Ainda é mais complicado com este vírus. Não temos higiene, não temos casa de banho”, conta, acrescentando que vive na caravana e que tem os pais e os filhos para cuidar.

“Os garotos querem brincar, não podem sair daqui. Não têm computador para estudar e não temos internet. Na televisão passa aquilo muito rápido, não conseguem estudar”, declara.



Dolores Sofia queixa-se das condições que os filhos não têm para continuar os estudos.  
Foto: Olímpia Mairos/RR

DR afiança que praticamente não têm saído do “acampamento” e que só o fazem quando precisam de ir “comprar as coisas para dar de comer aos garotos”.

“Quando vamos às compras levamos máscara. Uma máscara vale um euro e nós não temos dinheiro para as comprar”, afirma, lamentando que “há muita gente” que os “olha de lado”. “Há gente racista. Somos seres humanos como os outros. E temos de viver como vivem os outros”, atira a cigana de 35 anos. “Se me arranjassem uma casa, eu ia embora, para o bem dos meus filhos”, garante.

## Sem computador é difícil estudar

Por perto está o pequeno Américo Anjos (AA) que tem apenas 12 anos e conta que tem medo que o vírus o “apanhe”. “Tenho medo de ir para o hospital”, diz. E como te proteges?, perguntamos. “Fico dentro

da caravana, brinco, lavo muitas vezes as mãos, mas é muito difícil estar o dia todo fechado”, responde.



Acompanhar as aulas tem sido difícil para Américo, para quem também “é muito difícil estar o dia todo fechado”. Foto: Olímpia Mairos/RR

AA anda na escola, mas não tem computador e não pode seguir as aulas. “É tudo mais difícil agora. Estudo por folhas que o professor e a professora trazem, mas é um bocado mais complicado do que quando ia à escola”, conta. Cansado de estar confinado, o pequeno não vê a hora de poder “passar pela cidade e estar com os colegas da escola”.

## O desejo de uma casa

Maria Gabriela dos Reis, viúva há três meses, vive com os sete filhos numa garagem emprestada. Vai-se protegendo da Covid-19 como pode, mas as maiores preocupações são mesmo os filhos de 5, 8, 11, 13, 14, 17 e 19 anos. “Saio só para comprar de comer para eles e tenho de os deixar aqui em casa, porque não consigo tirá-los para fora. Não podem sair”, conta à RR. Gabriela vive com “o rendimento mínimo e com o abono de família dos filhos”. São cerca de 600 euros mensais e o dinheiro não chega para tudo.



O sonho de Gabriela é ter uma habitação digna para criar os filhos  
Foto: Olímpia Mairos/RR

“Tenho andado a comprar máscaras e, às vezes, também não é fácil. São muitos meninos. Os mais pequenos usam e tiram. Uma pessoa nem que queira comprar não tem possibilidades”, resigna-se.

A cigana de 36 anos diz-se “uma mãe muito lutadora” pelos filhos e acalenta o desejo de uma habita-

(Continua na pág. 7)

# CIGANOS CONFINADOS NAS RULOTES

(Continuação da pág. 6)

ção, para lhes proporcionar as condições dignas “que merecem, porque é tudo muito húmido e há pouco espaço”.

## “Os ciganos não são um problema para ninguém”

“Há pessoas que pensam que sim. Às vezes, dizem que os ciganos são maus, mas, às vezes, os aldeanos são piores. Os ciganos ajudam as pessoas que os ajudam e os aldeanos não; é ao contrário”, observa. Desabafos de uma mãe que sente, muitas vezes, a discriminação e, neste tempo de pandemia, vê acentuarem-se as dificuldades. Os filhos que frequentam a escola têm de dividir o único computador que existe e não há meio de ultrapassar este limite.



Comunidade cigana de Bragança queixa-se de discriminação. Foto: Olímpia Mairos/RR

“Vejo-me mesmo apertada com eles. Um vê pela televisão e outro pelo computador. Só com um computador não consigo. Um faz os trabalhos e os outros têm de estar à espera, mas, depois, também já não conseguem apanhar”, desabafa.

## Covid-19 agudiza situação de miséria extrema

Fátima Castanheira (FC) é diretora do Serviço Diocesano das Migrações e Minorias Étnicas da Diocese de Bragança-Miranda. Conhece os ciganos como ninguém. Sabe o nome de cada um, a que família pertence, os seus problemas concretos. À RR relata que “o vírus veio agudizar a situação de miséria extrema”. “Estas crianças, que é o que mais nos preocupa com esta pandemia, estão mais isoladas. A escola era o grande apoio que elas tinham. Ali tinham as refeições, onde tinham alguma facilidade de aceder à higiene, à água potável. Agora estão isoladas de tudo, pior que nunca”, assinala.

De acordo com FC, os ciganos merecem “uma palavra de louvor enorme porque eles têm respeitado, não saem”. “Eles cumprem. Têm andado muito assustados. Estão isolados, estão fechados”, afirma, acrescentando que, quando existe “a necessidade de ir comprar os bens essenciais, usam a máscara”.



A falta de condições de higiene do acampamento preocupa quem acompanha as necessidades da comunidade. Foto: Olímpia Mairos/RR

“Quando não têm, tentamos arranjar. Têm usado também o gel. E dentro do possível em que eles vivem, fazem por se proteger e protegerem os outros”, garante.

## Os bens essenciais são muito importantes nesta altura

FC acompanhou a RR neste trabalho de reportagem e levou máscaras para distribuir

“É a nossa missão, é o nosso trabalho, que parte também da nossa vontade, do risco que, muitas vezes, assumimos e que enfrentamos. As dificuldades são muitas, mas é na dificuldade que entendemos que a nossa missão é mais válida e mais útil”, salienta.



Fátima Castanheira garante que a comunidade cigana de Bragança tem respeitado o dever de confinamento. Foto: Olímpia Mairos/RR

Durante a visita aos ciganos, a RR presenciou também a preocupação do serviço diocesano em perceber quais as necessidades mais prementes das famílias, sobretudo a nível de alimentação. Muito discretamente foi perguntando se ainda tinham “batatas ou azeite”. “Temos algumas famílias aqui às quais as refeições são dadas através dos refeitórios sociais, mas, agora, como estão aqui, sempre metidos em casa, há a necessidade de cozinhar mais. Eles que, até aqui, não tinham necessidade de confeccionar comida em casa, porque não têm condições na caravana, agora têm de o fazer. E os bens essenciais, batatas, azeite, arroz, massa, estão a ser muito importantes nesta altura”, alerta FC.

# “APRENDER A SER CIGANO HOJE – EMPURRANDO E PUXANDO FRONTEIRAS”

Este é o título da tese de doutoramento de Mirna Montenegro que a Editorial Cáritas se propôs publicar; o livro vai ser lançado na próxima Feira do Livro que foi remarcada para o início de setembro, numa sessão que será presidida pelo Sr. Cardeal Patriarca, D. Manuel Clemente. A seguir reproduz-se o Prefácio deste livro.

## PREFÁCIO

Este trabalho da Doutora Mirna Montenegro condensa, de certa forma, o trabalho de toda uma vida que a autora dedicou às pessoas de etnia cigana, sobretudo às crianças, em diversos locais do país. A um conhecimento profundo e autónomo da pedagogia cigana, a Doutora Mirna aliou uma dedicação, uma empatia e um viver e sentir por dentro as realidades e os dramas da educação das crianças ciganas no nosso país, formando, ao longo dos anos, pistas vivenciadas que, em dada altura, foram subscritas pelo próprio Ministério da Educação, que foram objeto de diversas publicações e que, agora, condensou de forma mais abrangente na sua notável tese de doutoramento.

Nascida em Moçambique, tendo vivido na Argélia, na Suíça e em França, a autora é licenciada e tem mestrado em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária, e, agora, doutoramento em Educação; o seu trabalho com a escolarização de crianças de etnia cigana e logo com a ação educativa das comunidades ciganas remonta a 1992. Autora de “Aprendendo com os Ciganos: processos de ecoformação”, Educa, Lisboa, 2003, coordenou três dos Cadernos do Instituto das Comunidades Educativas, Setúbal: “Educação de Infância e Intervenção Comunitária”, 1997, “Ciganos e Educação”, 1999, “Ciganos e Cidadanias”, 2007, tendo ainda participado na organização de “Ciganos Aquém do Tejo - Propostas de Atividades Nómadas para o Ensino Básico”, Projeto Nómada, Instituto das Atividades Educativas, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Porto, 2004.

A autora trabalhou como educadora de infância particularmente com a comunidade cigana no Bairro da Bela Vista em Setúbal, desempenhou funções de

coordenação, dinamização e formação no âmbito de diversos projetos de intervenção educativa no Instituto das Comunidades Educativas, foi responsável pela conceção e pelo desenvolvimento do Projeto Nómada, fruto da experiência implementada pelo Projecto de Alfabetização Informal e Comunitária desenvolvido pelo CAIC - Centro de Animação Infantil e Comunitária da Bela Vista.

A partir dos conceitos fundamentais do Projeto Nómada tais como “a participação das famílias nas atividades socioeducativas dos filhos”, “a interação social enquanto encontro de culturas e espaços de aprendizagens interculturais”, “a ecoformação enquanto modalidade de formação de professores e educadores (e demais atores sociais)” e “a dinamização e constituição de grupos culturais ciganos que promovam a dignificação da cultura cigana”, a autora/ investigadora, com “serenidade, maturidade e também com afetividade” propõe-se “perceber essa(s) forma(s) de viver a ciganidade e arriscar ‘dar voz’ aos vários modos de viver ‘à maneira cigana’”. Os conceitos de “processos de socialização”, “aprendizagens experienciais”, “identidades pessoais e sociais” e “mudança social”[1] e as suas interações de causa-efeito constituem a “terminologia Mirniana” subjacente ao presente trabalho.

Esta obra não poderia prescindir de um olhar atento e demorado por parte da autora sobre os meandros da cultura cigana, antiga e atual, a partir de numerosas e demoradas entrevistas que visam “dar voz”[2] aos protagonistas das diversificadas e, no entanto, unificantes vivências ciganas. Respeito, fraternidade, coerência, liberdade e eficácia, característica esta que envolve flexibilidade, prudência, atenção, sensibilidade, alegria, coragem e “transcendência para se superar”[3], são apontados como traços dominantes da cultura cigana. Os papéis bem definidos, embora em processo de evolução, do homem e da mulher ciganos, são descritos em detalhe.

“O que sei’ sobre os grupos ciganos é fruto de duas décadas de trabalho com ‘eles’ e de leituras sobre ‘eles’.

Neste saber experiencial adquirido e construído, já

(Continua na pág. 9)



Mirna Montenegro nasceu em Lourenço Marques (Maputo), Moçambique, onde viveu até aos 5 anos. Desde então, seguiu os seus pais, ambos médicos, exilados políticos, onde quer que eles fossem. Na Argélia, onde iniciou a escolaridade obrigatória no sistema escolar francês. Na Suíça, onde terminou a escola primária integrada no sistema escolar francês, anexa à embaixada francesa em Berna. Mais tarde atravessou a fronteira franco-suíça, em comboio, para frequentar o internato misto em Pontarlier, no Jura Francês, com apenas 11 anos, carregando uma *valise de carton* e o seu primeiro passaporte individual. Terminou a escolaridade básica, já no Liceu Francês em Lisboa, na Primavera de 25 de Abril 1974. Em seguida, ingressou no Liceu Nacional de Almada, no qual terminou o ensino secundário em 1976. Em 1980 concluiu o Curso de Educadora de Infância na Escola Maria Ulrich.

Nos anos de 1991-1992 iniciou a sua relação profissional com crianças oriundas de bairros periféricos e fragilizados, no bairro da Boavista, em Lisboa, por via dos CAIC - Centros de Animação Infantil e Comunitária... Embora já antes o tivesse experimentado noutros bairros (Marvila, Trafaria) mas noutro tipo de estruturas para a infância (IPSS). Mas foi o encontro com as crianças das comunidades ciganas no bairro da Bela Vista, em Setúbal, em 1992 que, magicamente, determinou o seu percurso académico no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa: licenciatura (1995, Projeto Nómada), mestrado (2002, Aprendendo com Ciganos: processos de ecoformação) e doutoramento (2013, Aprender a ser cigano hoje, empurrando e puxando fronteiras), em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária, sempre com o mesmo mentor e orientador Rui Canário e o desenvolvimento do Projeto Nómada no Instituto das Comunidades Educativas (ONGD), sob a direção do visionário pedagogo e sociólogo Rui d'Espino.



ISBN: 978-972-9008-74-0



# “APRENDER A SER CIGANO HOJE - EMPURRANDO E PUXANDO FRONTEIRAS”

(Continuação da pág. 8)

não se distinguem as partes que advêm de cada contributo. Já fazem parte de mim, como uma segunda pele, da qual já não me consigo despir, mesmo que o quisesse.”[4] Entre os objetivos deste estudo está o de “compreender e desocultar como as pessoas ciganas percebem os processos de apropriação de elementos da cultura majoritária, tornando-os seus, isto é “à maneira cigana” (que eu designo por aciganar[5]), e de transformação de elementos da(s) cultura(s) tornando-os “à maneira dos senhores” (que eu designo por apayonar[6]), identificando, descrevendo e explicitando esses processos de trocas e empréstimos culturais.

Na síntese desta obra, a que a própria autora chamou “síntese possível”, aparecem as fronteiras que existem: “há aquela barreira que nunca passa, senhor aqui, cigano ali” que “em determinadas situações e contextos, podem ‘regidificar-se’ “ ou ‘flexibilizar-se’; e aparecem as interações entre as culturas, as interinfluências ou pela via “psicoafectiva” ou por força da própria evolução das idiosincrasias, entre as quais se distingue, por um lado, o “orgulho em ser cigano” e, por outro, a “docilidade” trazida pelo “aumento da penetração da Igreja Evangélica” e que é considerado, pela autora, como “um novo regulador endógeno das práticas sociais e culturais” ciganas. Relevante ainda “a influência nas comunidades ciganas, nomeadamente nas gerações mais jovens” da “emergente comunidade virtual cigana”[7].

Da gestão das mudanças depende a gestão dos limites das fronteiras. Neste trabalho, a autora quis “realçar o carácter fluido, flexível e instável das fronteiras que separam mas, também, que unem as pessoas”. Esse movimento “é também um movimento carregado de dignidade na sua ciganidade.”[8]

No âmbito da grande especialidade da autora, a educação, esta obra analisa “a forma como as pessoas ciganas implementam a sua ‘maneira cigana de educar e de aprender’, demonstrando” que são “gestoras conscientes da sua aprendizagem[9], da sua autopromoção[10] e do seu autodesenvolvimento.” Daí se desprende uma preciosa lista de “princípios educativos

a ter em conta no sistema educativo português”, relativamente “à diversidade cultural das crianças e jovens ciganos, através de uma educação intercultural”. Entre “as implicações destas práticas educativas para a construção e reinvenção da escola” realçam-se “a organização dos grupos” e “a metodologia pedagógica” cujas vantagens são, entre outras, “a efetiva participação das famílias na vida da escola” e “a efetiva vivência de processos democráticos de partilha de saberes e de poderes, a tão apregoada cidadania ativamente democrática”.[11]

Da sua experiência “nas animações nos mercados e na rua, na dinamização dos grupos culturais ciganos, na participação nos vários tipos de celebrações ... abordando o conceito de ecoformação, nomeadamente

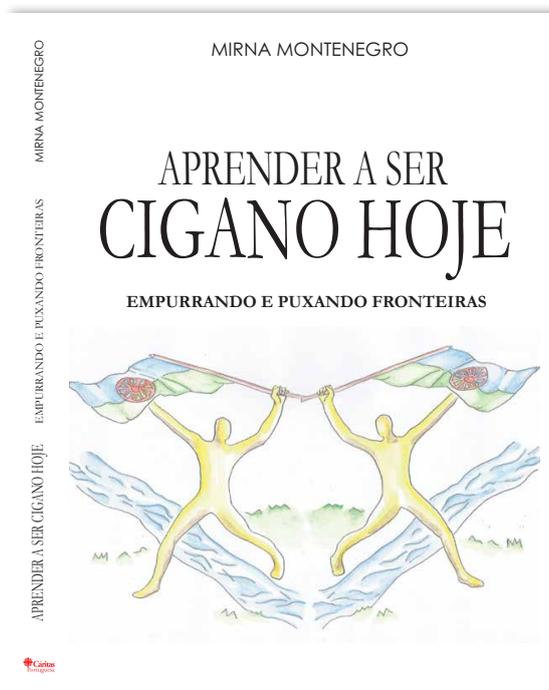
a importância da improvisação educativa” subjacentes à “ciganidade”, a autora conclui que para as pessoas ciganas “a vida vive-se, não se pensa”, e, privilegiando “a importância da realidade”, para elas “a verdade não se pode compreender se não for experienciada”. [12]

A autora termina “a síntese possível” da sua obra, focando “uma das noções que mais” a influenciou, quando conviveu “com as crianças e famílias ciganas: a relação com o espaço e o tempo na gestão da proximidade geográfica e afetiva. ... A relatividade do tempo é coerentemente vivida com a mesma relatividade atribuída

ao espaço, em que as ‘coisas’ são percebidas de forma mais ou menos próxima consoante a intensidade e densidade afetiva das experiências. ... As pessoas ciganas não viraram as costas ao progresso ainda que tenham escolhido, cuidadosamente, o que lhes seria útil para manter uma forma de vida ‘essencialmente’ cigana, enformando o conceito de ‘resistência feita de flexibilidade’, conseguindo ‘adaptar as condições mutáveis para permanecerem, aparentemente, ‘iguais’, fazendo com que a sua identidade seja uma percepção assente no tempo e na história que exige uma interação contínua entre as pessoas através do tempo.”[13]

Na multiplicidade de estudos, investigações, análises, literatura sobre, com e pelos ciganos, faltava esta reflexão vivida profundamente, apaixonadamente pela

(Continua na pág. 10)



# MONITORIZAÇÃO CIVIL PELOS CIGANOS

(Continuação da pág. 11)

um intervalo de 20 a 40 anos entre a população em geral e as condições de habitação da população cigana.” E conclui: “mesmo se alguns países da UE lançaram intervenções que abordam as condições de vida nas áreas de etnia cigana, a principal falha na Europa diz respeito ao desmantelamento da segregação. Além disso, em países onde vivem comunidades ciganas não sedentárias, a aplicação do direito à habitação adequada é prejudicado pela falta de disponibilidade de locais de estacionamento com serviços adequados.”

O autor do capítulo do relatório sobre **saúde**, enfatiza que: “Hoje, sob a ameaça da pandemia, percebemos que a saúde é uma dimensão crítica da vida humana. ... No caso da esperança média de vida, a diferença entre ciganos e não ciganos é entre cinco e 20 anos. ... Diminuir a diferença ... deve ser o objetivo principal de qualquer comunidade política. Melhorar os resultados de saúde para os ciganos também teria efeitos positivos noutras áreas, da educação ao emprego, e na habitação.”

O Relatório continua: “Os governos dos Estados-Membros (EMs) elaboraram as suas estratégias nacionais de integração dos ciganos (ENICs), adaptadas à sua vontade política e oportunidades financeiras. A partir da monitorização civil pelos ciganos, é claro que os EMs não atribuíram fundos suficientes para a inclusão educativa dos ciganos. Em vários países, houve progresso ao nível legislativo, mas a sua implementação das ENICs é fraca.”, afirma o autor do capítulo sobre **educação**. Os EMs não reconhecem como a discriminação e a exclusão influenciam as motivações e aspirações dos alunos ciganos e das suas famílias.”

O relatório síntese recomenda que os EMs reforcem o levantamento de dados sobre a situação dos ciganos nas respetivas áreas de políticas, bem como sobre a extensão e o impacto das suas políticas na inclusão dos ciganos. Uma condição para uma inclusão dos ciganos bem-sucedida é a monitorização e a aplicação de políticas antidiscriminação em todos os campos, mas em particular no mercado de trabalho e no combate à segregação na educação e na habitação.



## “APRENDER A SER CIGANO HOJE – EMPURRANDO E PUXANDO FRONTEIRAS”

(Continuação da pág. 9)

Doutora Mirna Montenegro, em que pessoas e grupos ciganos com quem contactou e cujas vidas partilhou, são trazidas nas suas mãos com infinito respeito e carinho para a ribalta do conhecimento, em contacto com uma cultura que acolheu, ou não este povo, para, através desta oportuna e preciosa revelação mútua, aumentar a perceção recíproca e tentar balbuciar um rumo, ou rumos, de permutas existenciais para o futuro que será necessariamente partilhado.

Francisco Monteiro  
Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos

[3] *ibidem*.

[4] Capítulo 1.

[5] Adquirir hábitos ou modos de cigano, in Dicionário on line de Português (<http://www.dicio.com.br/aciganar/>).

[6] Comportarse y vivir como un payo y no como un gitano. In Fundación Secretariado Gitano (<http://www.gitanos.org/servicios/prensa/glosario/terminos.html>). Mas, em Portugal, diz-se apayonar.

[7] Capítulo 6.

[8] *ibidem*.

[9] *ibidem*.

[10] *ibidem*.

[11] *ibidem*.

[12] *ibidem*.

[13] *ibidem*.

[1] Introdução.

[2] *ibidem*.

# MONITORIZAÇÃO CIVIL PELOS CIGANOS DAS ESTRATÉGIAS NACIONAIS PARA A INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS (ENICs) FACE À ATUAL PANDEMIA

A UE promoveu um projeto sobre este tema, intitulado “Roma Civil Monitor”, tendo, em 23 de abril de 2020 elaborado um documento em que foca a situação das comunidades ciganas no contexto da atual pandemia, do qual apresentamos excertos..

**Roma Civil Monitor: progresso desigual na inclusão social deixa os Roma (ciganos) perigosamente vulneráveis face à atual pandemia e à crise económica que se aproxima**

A combinação da discriminação persistente na educação e no mercado de trabalho, do acesso precário aos serviços de saúde e a segregação na habitação tornaram as comunidades ciganas vulneráveis na atual pandemia e na próxima crise económica. De acordo com o recém-publicado relatório de síntese do Roma Civil Monitor (RCM), os membros mais ameaçados da maior minoria étnica da Europa são os nacionais de países terceiros e os ciganos que exercem o seu direito à livre circulação na UE.

Segundo o relatório publicado em 22/4/2020 da Comissão Europeia e pelo Centro de Estudos Políticos da Universidade da Europa Central (CPS / CEU), as melhorias no acesso à educação não levaram à equidade nos resultados. Apesar do aumento do acesso ao pré-escolar e ao ensino básico e da adoção do ensino superior em alguns países, em geral a qualidade da educação oferecida permanece um problema e os resultados continuam longe de serem equitativos. “As deficiências nos sistemas educativos, combinadas com o não tratamento da discriminação por parte dos empregadores, levaram à exclusão generalizada do mercado de trabalho. Isso torna os ciganos que já estavam numa situação precária, ainda mais vulneráveis e mal preparados para lidar com a próxima crise económica que irá atingir fortemente a Europa. Uma das consequências da segregação habitacional é a falta de acesso a serviços públicos de qualidade.

O RCM é um projeto iniciado pelo Parlamento Europeu e gerido pela Comissão Europeia, Direção Geral de Justiça e Consumidores. É implementado desde 2017 pelo CPS / CEU, em parceria com a Rede Europeia

de Organizações de Base (ERGO), o Centro Europeu de Direitos dos Ciganos (ERRC), a Fundación Secretariado Gitano (FSG) e o Fundo de Educação para os Roma (REF). O objetivo do projeto é contribuir para o fortalecimento dos mecanismos de monitorização da implementação das estratégias nacionais de integração dos ciganos, através da monitorização sistemática pela sociedade civil.

O relatório de síntese resume as conclusões relativas às quatro principais áreas de inclusão dos ciganos em 27 relatórios de países (<https://cps.ceu.edu/roma-civil-monitor-reports>), escritos por

mais de 90 organizações não-governamentais e especialistas individuais que participam no projeto-piloto do RCM.

*“Em todos os países da UE, os ciganos estão numa posição marcadamente desfavorecida no mercado de trabalho: é menos provável que tenham emprego; e se estiverem empregados, os ciganos têm maior probabilidade de trabalhar informalmente, em empregos instáveis e com baixos salários ou apenas em programas de trabalho público. Na maioria dos países, a diferença entre a população roma e não roma é significativamente maior entre as mulheres do que entre os homens. ... Os relatórios dos*

*países mostram que a diferença é maior nos países onde as comunidades ciganas são pequenas (como a Finlândia) e também onde a maioria dos ciganos são imigrantes recentes (por exemplo a Dinamarca)”.*

No que diz respeito à habitação, muitos ciganos em toda a UE vivem em habitações de qualidade inferior à da população em geral e frequentemente enfrentam discriminação ambiental, pois são empurrados para áreas poluídas e perigosas. Segundo o autor do capítulo do relatório sobre **habitação**, “o ritmo da melhoria da situação habitacional dos ciganos não acompanhou o ritmo do desenvolvimento económico e dos progressos realizados na Europa. Apesar da lenta melhoria, que foi em parte alcançada pela melhoria consciente dos bairros ou aglomerados ciganos desfavorecidos, ainda há

(Continua na pág. 10)



# CIGANOS SÃO NOTÍCIA

## TSF (23 mar)

A TSF entrevistou o Presidente da FECALP (Federação Calhim Portuguesa), Rafael Ximens, sobre os efeitos e perigos da pandemia nas populações ciganas, particularmente naquelas que ainda vivem em barracas.

## TSE, JN, Rádio Renascença (abr, mai)

Sobre o mesmo tema foi entrevistado o vice-Presidente da FECALP, António Pinto Nunes (APN). A intervenção na RR deu-se em 11 de maio, no programa “As 3 da manhã” e APN referiu-se também à então recente controvérsia a propósito do anticiganismo manifesto na intervenção de André Ventura na AR.

## Antena 1 (2 abr)

No noticiário das 8 horas, a Antena 1 referiu entre-

vistas que teve sobre os efeitos da pandemia, com Prudêncio Canhoto, Presidente da AMEC (Associação dos Mediadores Ciganos de Portugal) com sede em Beja, relativamente ao Bairro das Pedreiras em Beja onde vivem 800 pessoas ciganas e com a Alta Comissária para as Migrações (ACM), Sónia Pereira, sobre a pandemia e as populações ciganas. A ACM referiu as providências que estavam a ser tomadas no domínio da saúde, a questão dos nómadas e a Câmara Municipal de Évora e a solução do Programa Escolhas para as crianças ciganas que não têm computador; referiu ainda que os problemas dos feirantes com as feiras fechadas deveriam ser resolvidos pelas medidas tomadas para todas as pessoas com prejuízos semelhantes, que o ACM tinha uma política de proximidade com as Associações ciganas e que até ao final de abril seriam conhecidos os projetos que beneficiarão do FAPE (Fundo de Apoio à ENICC).

## Jornais dos Centros comunitários e ATL e Pré-escolares do SDL

**Jornal do MAJARI** - Ano Lectivo 2019-20 - 2º Período

Amigos Leitores, iniciámos o 2º período apresentando a nossa peça de teatro e dança de Natal na escola das Galinhinhas e na escola de Maria da Luz Ramos. Foi muito bom mostrar aos nossos professores o que nós fazemos no Cati e aquilo de que os nossos meninos são capazes. No final recebemos muitas palmas. Ficámos felizes.

Neste período vamos-nos debater sobre alguns dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da O.M.U. para continuar a melhorar o nosso mundo, agindo para o bem de todos.

O 1º objectivo falamos da Erradicação da Pobreza, propomos-nos que também nós, vamos tentar ajudar as pessoas que precisam. Sabemos que nos devemos continuar a esforçar para acabar com a pobreza.

**Jornal do MESTIPEN** - Ano Lectivo 2019-20 - 2º Período

Olá a todos!!!  
Estamos de volta para falarmos um pouquinho sobre o que temos feito no nosso ATL Mestipen.

Índice

Índice	1
Dia de Reis	2
Instituição da Pólvora	3
Comunidade Fome Zero	4
Bom Saúde e Bem Estar	5
O nosso Comício	6
O que é vivo sei quando preciso?	7
Igualdade de Género	8
Introdução às Maciçadeiras Orlimões	9
Atualidade	10
Fotografia	10

**Jornal do VERDINE** - Ano Lectivo 2019-20 - 2º Período

Editorial

Este período, o nosso jornal está um pouco diferente, por devido à pandemia do COVID-19, encerramos a nossa instituição e, por isso, algumas das actividades que estavam calendarizadas tiveram de ser adiadas.

Contudo, ainda temos visitas, almoços, e festas para nos alegrarmos, bem como o programa de aprendizagem que sempre nos dá programação trimestral.

Desde já o nosso agradecimento à Direcção, pelo cuidado e atenção que tiveram com os alunos e funcionários da instituição, em relação ao estado de emergência em que se encontra o país.

Índice

Volta ao Teatro "O Bumbo"	2
Almoço do Sr. Sérgio D. Nunes Brito	3
Festa de Aniversário no Bairro da Quinta das Mós	4
Feira de Carnavál na AMUA	5
Festa de Carnavál na AMUA	6
Vamos plantar uma árvore	7
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	8
A Pandemia de COVID-19 e as alterações na rotina de trabalho do Cati, Verdine	9
Fotografia	10

**FICHA TÉCNICA**  
**a caravana**  
Director: P. Frei Francisco Sales Diniz, O.F.M.  
Propriedade e Editor: Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos  
QUINTA DO BOM PASTOR, EST. DA BURACA, 8/12, 1549-025 LISBOA  
TEL. 21 885 5468 - FAX 21 584 9514  
Contribuinte N.º 501660054  
Email: pastoralciganos@ecclesia.pt Internet: www.ecclesia.pt/pnciganos  
Periodicidade: Trimestral  
Tiragem: 900 exs.  
Paginação: Paulo Nunes - Tlm. 934207548  
Impressão: OCPM  
Isento de registo na ERC ao abrigo da alª a) do nº 1 do artº 12 do D.R. 8/99 de 9/6, com as alterações introduzidas pelo D.R. 2/09 de 27/01.